

Democracia sem justiça social?

CARLOS ALBERTO RABAÇA*

Pesa sobre nós, neste fim de século, a mais grave angústia que jamais pesou sobre os homens no curso de sua existência: a esperança de um mundo mais livre e mais justo não se concretizou, trazendo a descrença na política e na idéia de história como evolução. O século 20, nas suas primeiras décadas, desenhou passos decisivos no pensamento mais rigoroso, especialmente na filosofia, com idéias fecundas e criadoras. No entanto, antes mesmo da metade do século, o mundo já padecia de crises. Explodiram guerras, o terrorismo organizado, a barbárie fascista, os fundamentalismos que levam ao fanatismo, o consumo generalizado de drogas, o lixo cultural, a eleição do individualismo selvagem como valor máximo. E ocorreu, embora seja menos visível e espetacular, o esquecimento de grande parte do que havia sido mais original e criador no pensamento filosófico de nosso século. As instituições, praticamente, voltaram as costas para a maior parte do que a mente ocidental havia pensado nas décadas anteriores. Passamos a conviver com uma incômoda sensação de perda. Os meios de comunicação incorporaram as discussões sociais, éticas e existenciais do período, sem aprofundá-las suficientemente. Repelindo a voz ditatorial do Estado totalitário, o homem contemporâneo sente toda a solidão de, por conta própria, ter de construir seus ideais e seu próprio destino. Vivencia, assim, um profundo sentimento de ansiedade e desamparo.

Sofremos por viver num mundo sem finalidade, movidos pelo pragmatismo que se orienta apenas pelos efeitos do consumismo. O que se chama política de crescimento é uma política para a qual o objetivo é o funcionamento do mercado. Um só credo inconfessado: necessário e desejável será tudo o que for tecnologicamente possível. A tecnologia, aliada ao liberalismo democrático em grande parte do mundo, permitiu uma fabulosa criação de riqueza, acentuada sobretudo após a 2ª Guerra Mundial, apesar de continuar a haver injusta distribuição. Todavia, não é verdade que se possa falar de desenvolvimento, quando bilhões de homens do Terceiro Mundo e tantos outros dos países "ricos" não têm meios para uma vida propriamente humana. Não se trata de querer deter o crescimento, mas de orientá-lo a fim de que sirva, não para escravizar o homem, mas para ensejar-lhe o direito de usufruir seus direitos. A progressiva globalização da economia deveria, também, harmonizar-se com o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis: o neoliberalismo, divorciado do objetivo da solidariedade, tornou-se uma justificativa ideológica de algumas atitudes e modos de trabalhar no campo social e político decretando a marginalização dos mais fracos.

O desafio desta geração, ainda não realizado, é o de cumprir as exigências contidas na Declaração dos Direitos Humanos e promover uma globalização da fraternidade. O documento, votado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1948, marcou a interdependência dos direitos do homem e da ordem social e internacional. No entanto, ao longo deste tempo, os direitos enunciados vêm sendo negados ou espezinados em todos os níveis e nas mais variadas formas. No Brasil, particularmente, deparamos com uma fantástica concentração de renda, gerando um perverso processo de exclusão social. Projetos econômicos, sem preocupação humana, resultaram em enormes contingentes de excluídos. Com o crescente desemprego, estamos vivendo um dos momentos mais difíceis da história do país, agravada por uma péssima distribuição de renda e com um salário mínimo que, verdadeiramente, é um salário de fome.

Tais são os fatos da realidade mundial e nacional neste fim de século 20: nem o desenvolvimento das ciências e das técnicas, nem a hegemonia do capitalismo, nem a desintegração do mundo socialista fizeram emergir um novo projeto de civilização, com princípios éticos que valorizem a vida democrática. A grande tarefa das futuras gerações, no século 21, será a de refazer o tecido social carcomido pelo capitalismo voraz, o colonialismo destruidor de culturas e o individualismo que não liberta. Preencher a distância entre indivíduos atomizados e os Estados todo-poderosos, nos quais só existem relações verticais de hierarquia e relações horizontais de concorrência, é outro desafio. Que o homem não seja mutilado pela tríplice alienação do ter, do poder e do saber, mas que se abra para a criação incessante do futuro, dentro de uma nova ordem internacional que garanta a paz e a justiça no mundo.

*Professor e sociólogo